

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICO
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rafael dos Santos Martins

***A CRISE DE 1929 E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA
INTERNA E EXTERNA BRASILEIRA.***

Rio de Janeiro

2019

MARTINS, R. S. A crise de 1929 e a sua influência na política interna e externa brasileira. Rio de Janeiro (RJ), 2019. 48f. Monografia (Curso de pós-graduação em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos) – Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense.

RAFAEL DOS SANTOS MARTINS

***A CRISE DE 1929 E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA INTERNA
E EXTERNA BRASILEIRA.***

*Trabalho de conclusão de curso à
Universidade Federal Fluminense (UFF)
como requisito para a obtenção do título de
Pós-Graduação em Relações Internacionais e
Estudos Estratégicos.*

Orientador:

Prof. Eduardo Heleno de Jesus Santos

Rio de Janeiro

2019

RAFAEL DOS SANTOS MARTINS

***A CRISE DE 1929 E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA INTERNA
E EXTERNA BRASILEIRA.***

Trabalho de conclusão de curso à Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito para a obtenção do título de Pós-Graduação em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos. Aprovado em ____ de _____ de 2019, pela Banca Examinadora composta por:

Prof. Eduardo Heleno de Jesus Santos

Prof. Bruno Pessoa Villela

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor *Eduardo Heleno*, que soube em uma momento de crise, gerenciá-la de forma brilhante, dando a mim todo o suporte que necessitava. Agradeço à dedicação, exigência e tempo dispendido para que eu pudesse entregar um trabalho do qual eu possa me orgulhar.

Por estar sempre ao meu lado e sonhar comigo, todos os meus sonhos, agradeço a minha amada esposa, por toda paciência e incentivo. *Gleici*, sem você não teria chegado até aqui. Te amo!

E a todos os familiares agradeço a compreensão e o carinho de sempre.

EPÍGRAFE

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”

Charles Chaplin

RESUMO

Este trabalho vem tratar da Crise de 1929, a qual trouxe consigo reflexos para diversos países, entre eles o Brasil, que será o foco do presente estudo.

Este trabalho tem o intuito de demonstrar que as consequências desta grave crise econômica mundial transportou o Brasil para uma nova fase de sua história, caracterizada por profundas mudanças nas políticas interna e externa brasileira, as quais serão detalhadas nesta pesquisa.

Palavras-Chave: Crise de 1929, Política Interna, Política externa, Era Vargas, Relações internacionais.

ABSTRACT

This monograph deals with the most important of these, regarding the economic aspect, the 1929 Crisis, which brought with it reflections on the internal and external policies of several countries, including Brazil, which will be the focus of the present study.

This monograph intends to show that the consequences of this serious world economic crisis transported Brazil to a new phase of its history, characterized by profound changes in Brazilian domestic and foreign policies, which will be detailed in this research.

KEYWORDS: International relationship, Domestic politics, International politics.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- OSCILAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (1930-1938)	14
GRÁFICO 2- VARIAÇÃO DO VOLUME DO PIB (1921-1939)	15
GRÁFICO 3- TAXA DE DESEMPREGO ENTRE 1920 E 1938	16
GRÁFICO 4- COTAÇÃO DAS AÇÕES NA BOLSA DE NOVA YORK (1926 E 1938)	23
GRÁFICO 5- PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA EXPORTAÇÃO DO BRASIL (1820 – 1930)	32
GRÁFICO 6- VARIAÇÃO DO PREÇO DO CAFÉ (1928 – 1934)	33
GRÁFICO 7- DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO PIB BRASILEIRO ENTRE 1910 E 1950	36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A CRISE DE 1929	13
2.1 A NOVA ORDEM PÓS PRIMEIRA GUERRA	17
2.2 ARTICULAÇÕES PARA A CRISE	19
2.3 A GRANDE DEPRESSÃO	22
3. A INFLUÊNCIA DA CRISE NO BRASIL.....	26
3.1 MUDANÇAS NO PLANO ECONÔMICO	27
3.2 MUDANÇAS NO PLANO POLÍTICO	30
3.3 A INFLUÊNCIA DA CRISE NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA....	37
4.CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

1. INTRODUÇÃO

A Crise de 1929, que ocorreu nos EUA, em um contexto de pós primeira guerra mundial compõe o rol de episódios marcantes na história mundial, que acarretaram mudanças estruturais tanto em âmbito político, econômico e social, trazendo consigo reflexos para as políticas internas e externas de diversos países, entre eles o Brasil, que, como país agroexportador, foi largamente afetado pela Quebra da Bolsa de Nova Iorque.

Este estudo visa demonstrar as mudanças estruturais realizadas pelo governo brasileiro, diante da Crise de 1929, em sua política interna e externa com o objetivo de fornecer uma qualificada referência do debate acadêmico sobre os rumos dos processos históricos domésticos do país aos líderes do futuro, com a finalidade de contornar futuras crises desta magnitude que possam ocorrer.

As consequências desta grave crise econômica mundial, transportou o Brasil para uma nova fase de sua história que trouxe grandes mudanças em relação ao período anterior e ficou conhecida como a Era Vargas, em referência ao político gaúcho Getúlio Vargas, que liderou o movimento revolucionário e governou o país durante estes duros anos Pós 29, marcados por profundas mudanças na política interna e externa brasileiras, as quais serão detalhadas nesta pesquisa.

Para cumprir o objetivo almejado, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro será destinado a detalhar a crise de 1929, a fim de se entender suas proporções mundiais. Para tanto, o capítulo será dividido em três sub tópicos, que abordarão respectivamente a situação do mundo, mas principalmente dos EUA nos anos que precederam a crise. Em seguida, serão abordados os principais motivos que articularam esta crise, que culminou com a fatídica “Quinta feira Negra” em 1929. E concluindo o capítulo, trazemos uma abordagem dos reflexos desta crise que levaram o mundo a anos difíceis, conhecidos como “A Grande Depressão”, que trouxeram reflexos não só para os EUA, mas para o mundo de uma forma geral.

O segundo capítulo será destinado a apresentar diversas mudanças na política interna brasileira, com ênfase nos campos políticos e econômicos, nos primeiros anos da década de 1930, advindas da Crise econômica em questão,

debatendo entre outros temas, o processo de substituição de importações e apresentando indicadores e fatos que busquem demonstrar que o desenvolvimento do setor industrial brasileiro no período.

Já o terceiro capítulo é destinado às reformas estruturais da política externa brasileira motivadas pela quebra da bolsa de Nova Iorque, que mostraram um processo de ruptura com a política adotada nos períodos pré-crise.

Por fim, na conclusão, será avaliado os argumentos expostos com o objetivo de esclarecer que a Crise de 1929 e os anos posteriores a ela, por mais duros que tenham sido, trouxeram para o Brasil uma ruptura com as Políticas internas e externas brasileiras, aplicadas durante a República Velha, levando o país a um novo patamar no cenário das relações internacionais.

2. A CRISE DE 1929

Em 1929, a Quebra da bolsa de Nova Iorque¹ veio dar um ponto final ao longo período de desenvolvimento econômico que se iniciou em meados do século XIX e ergueu os EUA à posição de protagonista mundial. Foi o mais forte solavanco que a economia americana sofreu até este período da sua história, um acontecimento de proporções épicas e efeitos duradouros.

A crise deixou marcas no modelo capitalista de sucesso, tendo em vista que as propostas liberais de controle cambial e deflação não surtiram mais efeito e o capitalismo concorrencial já não era tido como exemplo. Sendo assim, os EUA trouxeram não só crise econômica para o seu país, mas para todos os países que dependiam dele para manter suas economias.

Segundo Gazier (2013), a crise de 1929 pode ser definida, em suma, “numa queda generalizada da produção em quase todo o mundo industrializado”. Para entender esta crise a partir deste panorama, é essencial para mensurar o impacto desta em âmbito global. Convém primeiro entendê-la a partir desse aspecto, utilizando para isso os grandes indicadores da atividade econômica, que são os índices de produção e de trocas comerciais, bem como as taxas de desemprego (GAZIER, 2013, p. 2).

Para evidenciar os principais países afetados, foi utilizado dados dos grandes indicadores da atividade econômica, tais como os índices de produção industrial e desemprego e o PIB², como forma de ilustrar este desastre econômico. A tabela a seguir mostra as variações concernentes a produção industrial dos principais países estudados na época tendo como marco de referência o ano de 1929.

¹ A Bolsa de Valores de Nova Iorque (em inglês: *New York Stock Exchange*), cuja abreviação oficial é NYSE. Está localizada em Manhattan, na Wall Street, no centro financeiro da cidade. É administrada pela NYSE Euronext. O *New York Stock Exchange* foi criado em 1792. Na bolsa de valores são transacionadas ações das maiores empresas estadunidenses. É considerada uma das mais famosas instituições financeiras da Cidade de Nova Iorque.

² Produto Interno Bruto: representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado.

Tabela 1 – Oscilação da produção industrial em diferentes países (1929 = 100)

País / Ano	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
África: União sul-africana 107			100	124	144	167			
América: Canadá	85	71	58	60	73	81	90	100	90
Estados Unidos	81	68	54	64	66	76	88	92	72
Chile	101	78	87	96	105	120	124	132	137
México				106	134	141	147		
Ásia: Japão	95	92	98	113	128	142	151	171	73
Europa: Alemanha	88	72	58	65	83	95	106	116	124
Austria	85	70	61	63	70	80	86	103	
Bélgica	89	81	69	72	73	82	87	96	80
Bulgária						148	143	155	
Dinamarca	108	100	91	105	117	125	130	136	135
Espanha	99	93	88	84	85	87			
Estônia	99	91	78	82	96	106	120	139	145
Finlândia	91	80	83	96	117	125	139	156	156
França	100	89	77	83	78	76	80	83	79
Grécia	103	107	101	110	125	141	139	151	165
Hungria	95	87	82	88	99	107	118	130	126
Irlanda		102				143	146		
Itália	92	78	67	74	80	94	87	100	98
Letônia	109	89	82	112	130	137	143	161	175
Noruega	101	78	93	94	98	108	118	130	127
Países Baixos	102	96	84	91	93	90	91	103	104
Polónia	88	77	63	69	77	83	93	109	118
Romênia	97	102	89	103	124	122	130	132	132
Reino Unido	92	84	83	88	99	106	116	124	116
Suécia	102	96	89	91	110	123	135	149	146
Tchecoslováquia	89	81	64	60	67	70	80	96	
URSS	131	161	183	198	238	193	382	424	477
Oceania: Nova Zelândia	106	104	109	113	112	121	129	126	
Mundo(sem a URSS)	86	75	64	72	78	86	96	104	93
Mundo(com a URSS)	89	79	70	78	86	96	111	119	112

Fonte: GAZIER, Bernard. A crise de 1929; Tradução de Julia Rosa Simões – Coleção L&PM v.761, Porto Alegre, RS, 2013.

Primeiramente, o que mais chama atenção é a retração mundial sem considerar a União Soviética (URSS), que se mostra significativamente menor da

mesma retração mundial quando esta é considerada. A URSS, experimentando um processo de industrialização pesada, se mostrava como um país alheio a toda esta crise, simbolizando o “dinamismo socialista da época” (GAZIER, 2013, p. 2).

Em relação aos EUA, pode-se visualizar uma queda abrupta nos primeiros anos após a crise, atingindo seu mínimo em 1932, que corresponde a uma queda de 35% em relação a 1929, mostrando como a crise abalou as estruturas internas do país que originou a crise.

A respeito dos principais países europeus é possível observar que tiveram uma redução significativa acompanhando a retração americana, contudo partem de um nível muito baixo em valores absolutos, no início dos anos 1920, visto que as destruições da Primeira Guerra Mundial³ pesaram muito sobre suas economias.

A figura abaixo ilustra a variação do volume do PIB dos principais países entre 1921 e 1939, tendo como base de análise o ano de 1929, para que possamos tirar algumas conclusões.

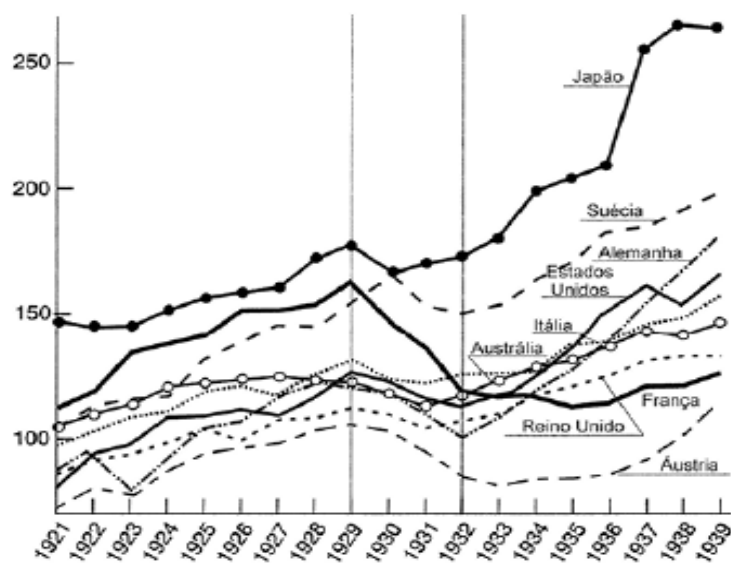


Figura 2 – Volume do PIB de alguns países entre 1921 e 1939 (base: 1929 = 100)

Fonte: GAZIER, Bernard. A crise de 1929; Tradução de Julia Rosa Simões – Porto Alegre, RS, 2013.

³ Foi uma guerra global centrada na Europa, que começou em 28 de julho de 1914 e durou até 11 de novembro de 1918. O conflito envolveu as grandes potências de todo o mundo, que se organizaram em duas alianças opostas: os aliados (com base na Tríplice Entente entre Reino Unido, França e Rússia) e os Impérios Centrais, a Alemanha e a Áustria-Hungria. Originalmente a Tríplice Aliança era formada pela Alemanha, Áustria-Hungria e a Itália; mas como a Áustria-Hungria tinha tomado a ofensiva, violando o acordo, a Itália não entrou na guerra pela Tríplice Aliança. Estas alianças reorganizaram-se (a Itália lutou pelos Aliados) e expandiram-se com mais nações que entraram na guerra, incluindo os norte-americanos.

O PIB norte americano sofre um forte solavanco a partir de 1929, atingindo seu mínimo em 1933 após uma queda de 30%, fato que trouxe consequências globais.

Também chama atenção a retração consequente dos principais países do velho mundo⁴ nos anos posteriores à crise, após anos de crescimento significativos no pós-primeira guerra que destruiu a economia destes países.

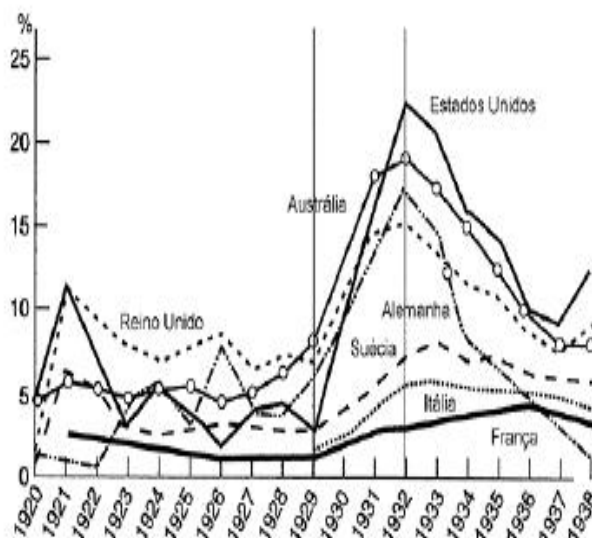


Figura 3 – Taxa de desemprego em alguns países de 1920 a 1938 em % da população ativa. Fonte: MADDISON, 1981, *op. cit.*

Os números apresentados acima referem-se ao índice de desemprego⁵ para alguns países industrializados. Podemos perceber taxas girando em torno de 20% nos países europeus, representando um acréscimo de cerca de 10% de desempregados entre 1929-1933, ilustrando a dificuldade que estes países enfrentaram neste período.

Já os EUA, passaram de um índice de menos de 5% para índices próximos a 25%, tendo os EUA se aproximado, segundo Gazier (2013) chegado ao número absoluto de desempregados de aproximadamente 12 milhões em março de 1933 para uma população total de 126 milhões.

⁴ É um termo generalizado e relativamente recente que define o mundo conhecido pelos europeus no século XV, ou seja, a Eurásia e África: os continentes europeu, africano, asiático e os quatro arquipélagos da Macaronésia.

⁵ Representa a proporção de pessoas capazes de exercer uma profissão e que procuram um emprego remunerado, mas que, por diversas razões, não entram no mercado de trabalho.

De acordo com Gazier (2003), “uma taxa global que ultrapasse 15% é enorme, num mundo onde a população ativa rural continua considerável e não registra desemprego – mas bastante miséria – e onde a proteção social é quase sempre inexistente”. Sendo assim a figura ilustra claramente como esta crise afetou de forma brutal a população economicamente ativa (PEA) dos principais países do mundo (GAZIER, 2003, p.7).

Todos estes números da crise analisados demonstram que, com exceção da URSS, os efeitos da Grande Depressão foram sentidos no mundo inteiro. A intensidade desses efeitos, variaram de país a país. Contudo o fato é que, além dos Estados Unidos, uma série de países foram afetados por esta crise, entre eles o Brasil, que é o foco deste estudo.

2.1- A NOVA ORDEM PÓS PRIMEIRA GUERRA

A Primeira Guerra Mundial gerou em todo o mundo, consequências diversas que afetaram de forma decisiva o decorrer do século XX. Os EUA, além de não sofreram muitas perdas por terem entrado na Primeira Guerra Mundial apenas no fim do conflito, se beneficiaram, pois estabeleceram comércio com os Aliados, além de financiarem a reconstrução europeia.

Com a economia a todo o vapor e sem os países europeus para fazer concorrência, a principal consequência da Primeira Guerra Mundial foi a ascensão dos Estados Unidos como uma potência econômica e política global. De acordo com Rezende (2008), depois da Primeira Guerra Mundial:

Enquanto a Europa se recuperava e retomava vagarosamente o crescimento econômico e financeiro, os Estados Unidos, excetuando-se os anos de 1920-22, cresceu continuamente na década de 1920 até 1929 (REZENDE, 2008, p. 202).

Rezende nos mostra como a década de 1920, pode ser descrita como um período em que o mundo finalizava a Primeira Guerra Mundial, com uma Europa destruída e os EUA fortalecidos por tornar-se fornecedor de alimentos e produtos industrializados.

Em um contexto antagônico ao que se desenhava no continente europeu, este período pós primeira guerra foi uma época de ouro para os Estados Unidos, principalmente a década de 20. Os países europeus estavam arrasados e com isso a

indústria dos Estados Unidos da América (EUA), principalmente as de bens de consumo, obtiveram um grande crescimento devido à demanda de armas, equipamentos e alimentos. Outro fator relevante é o fato de embora participassem da guerra, seu território não serviu de palco de luta. Além disso, os norte-americanos saíram lucrando com a Primeira Guerra, pois durante esse conflito se tornaram os maiores fornecedores de armas e alimentos para praticamente todo o continente europeu. Portanto, quando o conflito chegou ao fim, a nação americana se apresentava com uma produção industrial bem desenvolvida, os cofres cheios dos lucros da exportação e a invejável situação credora da maioria das grandes nações (FRIEDEN, 2008, p.146).

Partindo-se do pressuposto que a produção industrial era um fator que possivelmente traria vantagens para o país, os EUA resolveram adotar algumas medidas para que esse crescimento continuasse. Pazzinato e Senise (1997) relatam que:

“Uma alta sobre a taxa que incidia sobre os produtos que eram importados a fim de proteger a sua indústria. Outra medida tomada foi em relação ao mercado interno, que também, deveria ser incentivado e, para isso, foi oferecido crédito para os consumidores, a fim de alimentar todo o mercado interno. Isso causou uma grande euforia a todos. A população começou a buscar a compra de automóveis, rádios, telefones e eletrodomésticos em geral, criando uma falsa aparência de bem-estar, consolidando o padrão do “modo de vida americano (American way of life⁶)” (PAZZINATO; SENISE,1997).

Segundo Ferreira et. al (2019), a expansão de crédito e a produção industrial não era proporcional aos altos níveis de investimentos em ações, gerando uma falsa sensação de expansão de crédito. Como as especulações acerca do assunto começaram a crescer desenfreadamente, os valores das ações industriais na Europa subiram substancialmente, levando às primeiras falências, obrigando deste modo, investidores a removerem fundos empregados nos EUA para salvar negócios no continente europeu. Concomitantemente, outros investidores começaram a vender suas ações americanas, desencadeando o processo da grande depressão e consequentemente a crise econômica (GRIECO, 1999, APUD FERREIRA et al. 2019, p. 16)

⁶ É a expressão aplicada a um estilo de vida que funcionaria como referência de autoimagem para a maioria dos habitantes dos Estados Unidos da América.

Para que se possa justificar e descrever os motivos aos quais possibilitaram tamanho desenvolvimento econômico e financeiro por parte dos EUA durante esse período, deve-se destacar o trabalho de Parker, que apontou como motivos essenciais as elevadas taxas e altas de acumulação de capital e investimentos, o desenvolvimento demográfico, a expansão do crédito, o reforço hegemônico mundial, as condições de produtores de carvão, a eletricidade, o ferro e o aço fundidos e o petróleo. Além de destacar o pioneirismo americano no consumo em massa de bens duráveis e de tecnologias, e da “administração científica” caracterizadas nas sistematizações do Taylorismo⁷ e do Fordismo⁸. (PARKER, 2009, p. 30-31).

Contudo, as próprias características e motivações internas e externas, que promoveram o crescimento econômico e financeiro, já não se mostravam mais capazes de manter o que fora construído até então, muito menos manter o crescimento. Nesse momento, é possível dizer que já se encontravam, incrustados, os aspectos que acabariam desencadeando a grande crise ou mesmo agravando-a após seu início.

É possível ainda, mencionar que, nos anos que antecederam à grande depressão, houve uma extensa euforia por parte dos investidores que promoveram um tipo de capitalismo comercial liberal, um tanto quanto desorganizado. Aliado a isso, pode-se destacar o fato de que o Estado não possuía controle sobre o capital, sobre os tipos de investimento ou sobre o comércio. Além de possuir baixo controle do poder público sobre a entrada e saída de dólares dos países” (FRIEDEN, 2008).

2.2- ARTICULAÇÕES PARA A CRISE

Este contexto de grande furor econômico estaria perto do seu fim, visto as bases frágeis sobre as quais construíram toda prosperidade econômica americana, como aborda Cyro Rezende:

⁷ O taylorismo, método criado por Frederick Taylor, é uma concepção de produção baseada em um método científico de organização do trabalho. Partindo dessa concepção, o trabalho industrial passa a ser fragmentado, com cada trabalhador exercendo uma atividade específica na produção. O tempo para se produzir algo também passou a ser cronometrado e as funções hierarquizadas e sistematizadas. O que ofereceu um aumento quantitativo e qualitativo, além de uma redução no custo da produção. O método foi adotado na Suíça, França, Inglaterra e URSS.

⁸ A principal diferença e acréscimo do fordismos estiveram na melhor remuneração dos trabalhadores, a fim de proporcionar maior tempo livre e, conseqüentemente, maior poder de consumo (SCIRICA, 2009, p.165-166).

Nos Estados Unidos, nos anos 1920, entretanto, toda sua prosperidade estava colocada sobre bases frágeis. Pode-se assinalar que “o crack da Bolsa de Valores foi resultado de uma década de desenvolvimento econômico, onde as curvas da oferta e da demanda se afastavam cada vez mais, tentando ser aproximadas por vultosos financiamentos ao consumo (REZENDE, 2008, p. 208).

Com o crescente desenvolvimento da economia, o mercado passou por uma grande ampliação na produção de produtos, inclusive aqueles oriundos da agricultura. Neste contexto, houve grandes incentivos no sentido de aumentar a produção de alimentos, e com isso pôde-se observar cada vez mais a grande necessidade de exportação, principalmente para os países europeus.

As grandes possibilidades de lucro fizeram com que os produtores agrícolas, ficassem extremamente eufóricos, vislumbrando altos ganhos caso conseguissem aumentar sua produção. Afim de produzir cada vez mais, muitos deles realizaram hipotecas de suas terras junto aos bancos no intuito de obterem financiamento para melhoria das propriedades e a mecanização da produção.

Contudo, apesar do progressivo crescimento da produção, durante o período do pós-guerra nos EUA, as grandes potências europeias procuraram reestruturar suas economias, adotando tarifas protecionistas. Logo, cada nação buscou o auto abastecimento nos setores agrícolas e industrial, levando a uma severa queda na demanda do comércio internacional, deixando os estoques dos países exportadores abarrotados de produtos, sem vislumbre de mercado e consumidor. Evidenciando, desse modo, a fragilidade do sistema capitalista ainda marcadamente baseado na livre concorrência.

Nesse momento, o excesso de produtos agrícolas norte-americanos, e a falta de mercado para inseri-los, provocou também uma queda acentuada dos preços de comercialização. Em contrapartida, a falta de mercado e os preços muito baixos, levaram os produtores a estocar suas enormes safras e para tanto, pagaram altas taxas de armazenamento. Condição que os levou a aumentar ainda mais suas dívidas já acumuladas, induzindo-os à falência.

Outro problema latente que articulou a crise, foi o incentivo ao consumo com crédito ampliado, problema este analisado por Cyro Rezende:

Havia uma alta concentração de renda sem redistribuição (apenas 5% da população recebia um terço do rendimento pessoal global). Isso gerava um problema estrutural profundo, pois a capacidade do mercado consumidor interno de absorver a

produção industrial, que crescia assustadoramente, era reduzida gradual e significativamente. A ausência de leis trabalhistas e assistencialistas também diminuía a capacidade de consumo. Por outro lado, a produção era inflexível, ou seja, primeiro era feita a produção dos bens, sendo estes estocados e, apenas posteriormente, lançados no mercado. Unindo esses fatores, ocorre a superprodução (consistem em se produzir mais do que a real capacidade do mercado em absorver a produção). Para contornar a superprodução, a linha de créditos era ampliada, aumentando o consumo (CYRO REZENDE, 2008).

Todos os problemas apontados anteriormente, geraram grandes ondas especulativas acerca do mercado de ações americano. Ocasionalmente a fuga do capital europeu que, a princípio estava sendo aplicado na Bolsa de Nova York.

Essas especulações proporcionaram a eclosão da crise por todo país. Com isso, os empresários americanos assistiam à queda desenfreada de seus lucros. Na tentativa de conter ou minimizar os danos, os mesmos promoveram novas especulações das ações de suas empresas, aumentando deliberadamente os seus valores. Contudo, os investidores, vendo a alta dos preços de forma exagerada, ficaram desconfiados e lançaram seus títulos à venda a partir do final de setembro de 1929.

Ao final desse fatídico mês ocorreram várias mudanças, e segundo Pazzinato (1997), a queda de Wall Street em Nova York, na famigerada quinta-feira negra, gerou um efeito dominó, que atingiu todas as bolsas de valores das nações capitalistas. Conforme citado no trecho abaixo:

No maior centro financeiro americano, Wall Street em Nova York, no dia 24 de outubro de 1929 milhões de títulos que até então eram negociados normalmente não encontraram compradores causando uma a chamada quebra na bolsa de valores, tida como a mais importante do mundo no momento. Esse dia foi chamado de Quinta feira Negra. Essa quebra ocasionou um efeito dominó em todas as bolsas americanas e conseqüentemente em todas as bolsas de valores das nações capitalistas que se baseavam no consumo e modelo americano (PAZZINATO; SENISE, 1997).

A crise foi tão intensa que levou milhares de pessoas à total miséria, perdendo tudo que foi aplicado na bolsa de valores. Segundo Fernandes (2006), “a crise arrastou milhões de pessoas na chamada matança dos inocentes (a famosa quinta-feira negra de 24/10/29), em que as pessoas ingênuas perderam tudo o que possuíam, em poucas horas” (FERNANDES, 2006, p. 01).

A Grande Depressão teve efeitos catastróficos não apenas para os trabalhadores norte-americanos. No pior período da depressão, entre 1932 e 1933, o desemprego chegou a níveis nunca vistos na história do capitalismo. Na Inglaterra, o índice chegava a 23%. Na Alemanha, a taxa de desemprego atingiu os espantosos 44%. (CHOMA, 2008, p. 01)

2.3- A GRANDE DEPRESSÃO

Os efeitos imediatos desta grave crise, certamente atingiram instantaneamente os valores dos títulos vendidos em Wall Street. Este trecho de Bernard Gazier (2013) mostra a dimensão da desvalorização em termos absolutos nos dias que permearam o desencadear da crise.

A quinta-feira 24 de outubro ficaria conhecida nos anais bolsistas como a Quinta-Feira Negra: cerca de 13 milhões de ações trocam de mãos nesse dia, enquanto o volume usual de transações não passava de 4 milhões. Mas o pânico dura apenas o turno da manhã, pois intervenções maciças de banqueiros se passando por compradores fazem subir as cotações. O pânico se torna irremediável na terça-feira 29 de outubro – a Terça Feira Negra – quando cerca de 16 milhões de ações são vendidas: a baixa das cotações é tão grande que anula de uma só vez as rápidas elevações dos doze últimos meses. (GAZIER, 2013 p. 2)

Contudo, esses efeitos geraram reflexos ainda mais grave, em efeito cascata, nos anos advindos à crise. Isto porque uma enorme desvalorização dos papéis financeiros, levou os bancos e empresas à falência, levando à queda os preços dos produtos industrializados e agrícolas, forçando drásticos cortes nos custos e na produção. O gráfico abaixo, ilustra de forma objetiva a queda nas cotações das ações da Bolsa de Nova York, na ordem de 90% entre 1929 e 1933, que foi o ponto de inflexão para o efeito cascata deste período de crise conhecido como a grande depressão⁹, a qual espalhou-se ao redor do mundo causando um verdadeiro caos em dezenas de países.

⁹ A Grande Depressão, foi uma grande depressão econômica que teve início em 1929, e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. A Grande Depressão é considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do sistema capitalista do século XX.

Ainda segundo Gazier (2013) a evolução dos três anos entre 1929 e 1932, apesar de não-originada em rupturas de 24 horas como esta, seria igualmente catastrófica.



Gráfico 4 – Cotação das ações na Bolsa de Nova York entre 1926 e 1938.

Fonte: GAZIER, Bernard. A crise de 1929; Tradução de Julia Rosa Simões – Porto Alegre, RS, 2013.

Este período de depressão econômica assolou as bases da economia norte americana, cujos pilares estavam apoiados na superprodução industrial e agrícola e no incentivo ao mercado interno saturado que não conseguiu mais absorver a produção muito rapidamente para atender à demanda externa e interna no período da guerra e pós-guerra.

Em relação ao desemprego, este caos financeiro, ocasionou a demissão de milhões de pessoas ao redor do mundo, e o mercado, que já estava mostrando sinais de retração entrou em colapso. Isto porque, o alto índice de desemprego, fizeram despencar os preços dos produtos industrializados e agrícolas, forçando drásticos cortes nos custos e na produção. Este trecho de Scirica, (2009) ilustra bem as consequências nos setores industriais norte-americanos:

O setor mais afetado foi o agrário, que englobava 25% da população. A indústria pesada também recebeu um duro golpe pela insuficiência de demanda. Em 1932, a produção industrial havia caído 50%, o investimento não era suficiente para reparar o parque industrial instalado e o sistema bancário desmoronou (entre 1929 e 1933 quebraram mais de dez mil bancos). O número de desempregados passou de quatro milhões, em 1929,

para treze milhões, em 1930 - 25% da força de trabalho (SCIRICA, 2009 p.171).

Segundo Parker (2009), todas as indústrias ligadas ao campo foram afetadas (produção de tratores, adubos, sementes, etc.) e os estoques de algodão e cereais foram vendidos a preços extremamente baixos. Como consequência, o comércio mundial, entre 1929 e 1934, caiu para dois terços, o que contribuiu sobremaneira para os reflexos em âmbito global desta crise (PARKER, 2009, p.194-195).

Outro aspecto importante que agravou ainda mais a grande depressão, foi a repatriação dos capitais americanos. Com a crise instalada, os Estados Unidos tiveram que pedir a repatriação dos capitais emprestados até então aos europeus, e como consequência não conseguiam mais oferecer crédito para os estrangeiros. Além dos europeus os países produtores de matérias-primas também foram atingidos, sobretudo os latino-americanos, como Brasil e Argentina, em suas produções de café e gado.

Uma vez ocorrida a crise, os empréstimos efetuados pelos Estado Unidos cessaram para todo o mundo, assim como ocorreu uma diminuição drástica referente ao volume de importações. As medidas protecionistas norte-americanas, adotadas já em 1930, que fizera um bloqueio em torno do mercado interno deste país, estrangulou o “maior negócio do mundo, ou seja, o requeria, dos países que o mantinham, depósitos de ouro relativos à quantidade de cédula e moedas emitidas (PARKER, 2009, p.55).

As economias mundiais já haviam passado por outras crises cíclicas, porém, nenhuma com a proporção que tomou a crise de 1929. Cyro Rezende (2008) aponta as seguintes consequências imediatas à crise: falências, desemprego, declínio de salários, declínios nos preços dos produtos, pobreza que gera subalimentação, construção de favelas ao redor dos centros industriais, agitação social, recuo da produção, do comércio e das finanças em nível mundial (REZENDE, 2008, p. 209)

Este caos econômico de proporções épicas fazia os compradores desaparecerem, logo os preços também caíam. Havia a esperança de um ajuste no mercado com a queda dos preços e salários. Visto que com preços muito baixos, os compradores reapareceriam e, conseqüentemente, haveria estímulo para o aumento da produção, os desempregados voltariam ao trabalho e, assim, a economia se reestabeleceria. A realidade, porém, demonstrou-se de forma cruel e essa esperança mostrou-se insuficiente para dar saída à crise que se tomava cada vez mais corpo.

Assim, a crise iniciada em solo norte americano, difundiu-se para todo o mundo, trazendo consigo problemas internos graves. Uma das medidas de precaução foi parar de importar produtos de outros países, fazendo que a crise chegasse a outros países que dependiam das exportações para os EUA.

Segundo Rezende (2008) a Grande Depressão não trouxe apenas mudanças no meio econômico. Seus reflexos atingiram fortemente o campo político. Países como a Alemanha, Itália, Portugal, Japão e quase todos os países da Europa Centro-Oriental, desenvolveram estados autoritários. Na América Latina, a Grande Depressão desencadeou a constituição de Estados autoritários-nacionalistas de cunho populista.

3- A INFLUÊNCIA DA CRISE NA POLÍTICA INTERNA BRASILEIRA

O objetivo deste capítulo é abordar assuntos relacionados às mudanças estruturais internas, em âmbito político e econômico, desencadeadas pela crise de 1929 no Brasil. Mostrando como o arranjo da política e a econômica brasileira sofreram uma grande guinada, evidenciando como a grave crise instaurou profundas mudanças no quadro institucional brasileiro.

Para que se possa alcançar o objetivo proposto, antes deve-se apontar o contexto histórico político nacional. É preciso lembrar que até 1929 o país era governado pela oligarquia agrário-comercial, que por alguns séculos dominou o Brasil. Que na década de 20 houve algumas revoluções que abalaram a Primeira República, e que a aristocracia agrária e comercial estava sendo substituída no poder, por grupos de classe média, evidenciando assim a insatisfação em amplas camadas da sociedade brasileira. Com a eclosão da crise e de todos os seus efeitos pelo mundo e principalmente na economia brasileira, ecoou-se a necessidade de mudança. Mudanças essas, que não poderiam reconhecer a legitimidade da ascensão ao poder de Júlio Prestes. Logo, o que aconteceu então, é que o foco foi redirecionado à Getúlio Vargas, que assumiu o poder em 1930, dando origem à Revolução Industrial Brasileira de 1930 (Bresser-Pereira, 2003, p.42).

Nesse sentido, é possível dizer que a crise de 29 teve grandes influências nas mudanças políticas internas brasileiras e que indiretamente apresenta-se como um importante fator motivacional à todas as mudanças que estariam por vir.

Também nesse período ocorreu a chamada “crise da hegemonia”. Segundo Marques de Sas:

A expressão não indica, a ocorrência de reviravoltas constantes durante o período em questão, no terreno da definição dos objetivos a serem perseguidos pela política econômica e social de Estado. Ela sugere sobretudo que nenhuma fração da classe dominante – propriedade fundiária, burguesia mercantil-exportadora, capital bancário, burguesia industrial – poderia de fato se identificar com a orientação geral assumida pela política de Estado a partir da revolução de 1930 (Marques de Sas, 2001, p. 397).

Para Marques de Sas, essa orientação consistiu de um lado, o fim do atendimento prioritário aos interesses do comércio de exportação de produtos agrícolas; e de outro, implicou o estabelecimento de proteção cambial para a importação de meios de produção, bem como a realização de investimentos em setores essenciais ao crescimento industrial (MARQUES DE SAS, 2001, p. 397)

No plano político, os ideais corporativistas nortearam reformas que possibilitaram um remanejamento do poder entre as classes dominantes, esvaziando o poder dos grupos interessados na supremacia do setor externo, abrindo novos canais de comunicação entre diversos segmentos das elites e o Estado (DINIZ, 2004, p.43-44).

No âmbito econômico as mudanças correspondem à criação de um ambiente institucional favorável à industrialização por meio da implantação de diversos órgãos, adoção de medidas econômicas que favoreciam as indústrias nacionais. (FONSECA, 2003).

Ou seja, pode-se observar por parte do Estado, uma postura protecionista, frente às nações consumidoras dos produtos de exportação, além de proteção do mercado interno no quesito importação de meios de produção; e intervencionista pois é possível perceber que a partir da revolução de 1930 o Estado “ganha” poder no sentido de fiscalizar e controlar o que acontece no setor econômico.

Neste contexto, após a grave crise econômica, também será evidenciado como o corpo de empresários tiveram papel preponderante nas decisões econômicas durante o governo Vargas. E como a atuação deste setor simbolizou as reformas implantadas no período, pois ganhou força por meio do rearranjo das forças políticas, de uma nova relação Estado-sociedade, e de uma orientação ideológica favorável ao avanço da industrialização brasileira, que o inseriu definitivamente no cenário capitalista industrial mundial.

3.1- MUDANÇAS NO PLANO POLÍTICO

Mesmo após a proclamação da república o que se observa no contexto político interno é que o poder apenas muda de nome, mas permanece nas mãos dos mesmos e de poucos. A oligarquia agrário-comercial brasileira, esteve sobre o

comando por quatro séculos, pois eram capazes de aliar seus próprios anseios a cada contexto histórico, primeiro com as ambições coloniais portuguesas e, a partir da independência, em conjugação com os interesses comerciais dos países industrializados (BRESSER-PEREIRA, 2003, p.42-43).

Com o fim da república da espada, deu-se início a República Oligárquica. Nesse período, observa-se o protagonismo dos fazendeiros, principalmente paulistas e mineiros, que se alternavam no poder. Dando origem à política do Café-com-Leite¹⁰.

O domínio político dessa época, se dava através dos acordos e alianças entre o presidente da República e os governadores de estado. Estes sempre apoiariam os candidatos fiéis ao governo federal; em troca, o governo federal nunca interferiria nas eleições locais (estaduais). Tal apoio, por parte dos governadores era exercido com a prática do coronelismo¹¹ e dos votos de cabresto¹², prática essa, que manteve a oligarquia rural por tanto tempo no poder.

Contudo, durante o período da República Oligárquica o país sofreu diversas mudanças estruturais e filosóficas, dando origens a diversas revoluções e manifestações, principalmente na década de 20, que iam de encontro a todo sistema imposto pelo então governo. Dentre elas, pode-se destacar o surgimento de uma nova burguesia com uma classe média mais atuante.

Além disso, deve-se ressaltar a importância do movimento Tenentista¹³, tendo em vista que seu principal objetivo era derrubar a supremacia oligárquica. Dentre várias revoltas do movimento, aquela que obteve maior relevância, foi a Coluna Prestes¹⁴. Ela ocorreu entre os anos de 1925 e 1927, e possuía objetivos de

¹⁰ A política do café-com-leite foi um acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal durante a República Velha para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Portanto, ora o presidente seria paulista, ora mineiro.

¹¹ O coronelismo é prática de cunho político-social, própria do meio rural e das pequenas cidades do interior, que floresceu durante a Primeira República 1889-1930 e que configura uma forma de mandonismo em que uma elite, encarnada emblematicamente pelo proprietário rural, controla os meios de produção, detendo o poder econômico, social e político local.

¹² O voto de cabresto é um mecanismo de acesso aos cargos eletivos por meio da compra de votos com a utilização da máquina pública ou o abuso de poder econômico. É um mecanismo muito recorrente no interior do Brasil como característica do coronelismo.

¹³ O movimento tenentista foi o nome dado ao movimento político-militar, e à série de rebeliões de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro (tenentes) no início da década de 1920 descontentes com a situação política do Brasil.

¹⁴ A Coluna Prestes foi um movimento político-militar brasileiro ocorrido entre 1925 e 1927 ligado ao tenentismo. O principal motivo para a criação do movimento foi a insatisfação com o governo de Artur Bernardes e o regime oligárquico característico da República Velha, conhecido como política do café com leite.

conquistar algumas reformas, tais como a do sistema educacional, políticas e sociais. Apesar de não terem alcançado de fato seu objetivo, esse movimento foi responsável por lançar o nome de Getúlio Vargas, e com seu apoio levou-o ao poder e conseqüentemente, ao fim da República Velha e o início da Revolução de 30.

Diante de todo este contexto histórico, a quebra da bolsa de Nova York veio para guinar drasticamente os rumos da política brasileira. Como muito bem analisado por Costa (2008), a crise de 1929 não foi apenas uma crise econômica no Brasil, mas também foi uma crise política devido ao enfraquecimento da oligarquia cafeeira e o crescimento de outros setores políticos, acarretando a Revolução de 1930 que significou a passagem do Brasil agrário para o Brasil industrial.

A Revolução em outubro de 1930 foi intrinsecamente motivada por um conflito entre grupos políticos oligárquicos que controlavam o Brasil que se revezavam no poder entre paulistas e mineiros e revolucionários que iam de encontro a estes ideais. Na eleição de 1930 a chapa composta por Getúlio Vargas, governador Gaúcho, foi apoiada pelos mineiros que reivindicavam a sua vez de comandar o país, porém o resultado das eleições foi a favor do candidato paulista Júlio Prestes. Como os mineiros não queriam que os paulistas continuassem no poder não acataram o resultado das eleições, e com medo de manifestações ocorridas como a tenentista em 1922, foi feito um golpe e Getúlio Vargas assumiu provisoriamente a chefia do governo, fortificando a necessidade de mudança política, econômica e dando um ponto final na chamada República Velha.

Concluindo sua obra, Fausto (1972) reconhece a Revolução de 1930 como um episódio revolucionário que expressou a necessidade de reajuste do país, dado que o modelo agroexportador já se apresentava esgotado. Por outro lado não correspondeu a ascensão da burguesia industrial ao poder, visto que o setor industrial estava associado ao setor latifundiário cafeeiro, por meio da integração do capital industrial com o capital agrário, que aliás, constituía a única classe nacional capaz de se articular de acordo com seus interesses, apesar de apresentar conflitos em seu interior na forma de brigas regionais.

O governo recém instaurado identificava-se com os ideais de renovação da política e da economia brasileira, por tanto, enfrentou desde cedo a oposição feroz da aristocracia das classes médias mais tradicionais. Segundo Bresser-Pereira 2003, após a tentativa da retomada do poder por parte das oligarquias, Getúlio Vargas sofreu enorme pressão, que o levou a buscar apoio nas novas classes emergentes, o

proletariado urbano. Para tal, criou uma extensa legislação trabalhista. Aos emergentes empresários industriais, adotou uma política nitidamente industrializante.

Tais aspectos do primeiro período do governo Vargas, também pode ser observado sob a ótica de Cano:

Da habilidade política e conciliatória de Vargas e de sua visão de estadista, nasce então um novo Estado, na verdade exigido pelas transformações que a Base sofrera no período anterior. Seria este Estado, ainda que de forma autoritária, que implantaria grande parte das transformações necessárias: o Estado promotor e produtor, a política de industrialização, a legislação social e trabalhista, o novo Código Eleitoral, etc. Sua visão desenvolvimentista, na qual inclusive explicita a necessidade de integração do mercado nacional, antecede esse período. É nesse jogo que a habilidade de Vargas conseguiu construir o Brasil urbano e industrial que então se consolidaria no pós-guerra, não sem grandes dificuldades, a maior parte das quais, permanentemente imposta pelas elites que continuariam a negar apoio às reformas estruturais, principalmente àquelas que implicassem na melhoria do padrão de distribuição social da renda. (Cano 2012, p. 912)

3.2- MUDANÇAS NO PLANO ECONÔMICO

Como já dito anteriormente, antes do colapso de Wall Street, a política brasileira era fundamentada em uma República Oligárquica¹⁵ constituída por grandes proprietários de terra, cujos interesses guiavam o caminho que a economia deveria seguir.

Neste contexto surgiram diversos programas que seguiam eixados com os interesses dessa elite que governava o país. Entre eles destaca-se a política de valorização do café, que corroborava com o domínio que a oligarquia cafeeira detinha sobre o país.

Segundo Franco (2012) esta política de defesa do café que coube ao estado de São Paulo, com o auxílio do Instituto do Café¹⁶ e do Banco do Estado de São Paulo de valor, consistia na aquisição pelo governo brasileiro do excedente da

¹⁵ República Oligárquica é o termo usado para designar o momento em que o Brasil esteve na mão das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. O nome é uma alusão à aliança que alternava no poder os representantes dos estados de Minas Gerais, produtor de leite, e São Paulo, líder na produção do café.

¹⁶ O Instituto Brasileiro do Café, com sigla IBC, foi uma autarquia do Governo Federal, vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, que definia as políticas agrícolas do produto no Brasil

produção que não seria absorvida pelo mercado, como forma de manter elevado o preço do café no mercado. Este produto era temporariamente retirado e posteriormente recolocado no mercado.

O Brasil obteve vultuosos ganhos com a política de valorização do café, principalmente no início do século XX, quando possuía praticamente o monopólio da produção do café mundial, sendo até a crise de 29, o principal produto exportador do país, como mostra Garcia:

O modelo agroexportador era a base de sustentação econômica da República Velha. Nos anos vinte, a despeito das mudanças no cenário mundial e da aceleração do processo de industrialização em diversos países, a economia brasileira continuava “essencialmente agrícola”. O censo econômico de 1920 mostrou que, em comparação com a produção das indústrias, o valor líquido da produção agrícola representava quase 80% do produto físico total da economia. A atividade agrícola, por sua vez, estava baseada em culturas para exportação, que em seu conjunto correspondiam a quase 60% da agricultura e ocupavam 50% da área cultivada. A expansão dessas culturas de exportação, em especial o café, foi favorecida por estímulos específicos, como a política de valorização, transformada em defesa permanente. A manutenção dos preços do café em níveis elevados, por meio de controle de sua oferta no mercado mundial, fez expandir o comércio exterior no período de 1923 a 1928 e também influenciou fortemente na recuperação das relações de troca, com sua subsequente melhoria na capacidade de importar. (GARCIA 2006, p. 118-119).

A situação econômica brasileira, mesmo baseada em raízes agroexportadoras, parecia estar em pleno vapor, tendo seu melhor desempenho ainda segundo Garcia (2006), após a crise do pós-guerra (1920-1923) e antes da grande depressão mundial iniciada em 1929. Sendo assim, de 1924 a 1928, o valor das exportações atingiu níveis nunca alcançados no período de 1889-1939, exceto em 1919. Quanto às importações, em 1928 o seu valor atingiu o nível máximo do período 1889-1939. Indicadores estes que promovem os anos vinte como o auge da economia agroexportadora, capitaneada pelo café.

A partir do quadro abaixo, que ilustra a participação percentual no total de exportação brasileira dos principais produtos no período entre 1820 e 1930, pode-se tirar algumas conclusões bem elucidativas. Primeiramente, consegue-se perceber claramente o declínio das exportações de açúcar que vem se desenhando desde o início do século XIX. Outro fator importante a salientar é a ascensão e o declínio da exportação de borracha entre 1890 e 1920, a qual chegou ao nível de

corresponder a quase 30% de toda exportação agrícola brasileira. Por fim, a análise mais importante que é a da exportação do café. O quadro abaixo ilustra a crescente importância deste produto nas exportações brasileiras, desde de 1820, chegando a enorme participação percentual de quase 70%, nas vésperas da grande crise econômica mundial de 1929.

Contudo a Crise de 29 e todo o processo desencadeado pela Grande Depressão, freando todo esse furor gerado por esse sucesso agroexportador, vieram dar um fim à hegemonia da burguesia do café e toda sua base estrutural agroexportadora.

Os anos subsequentes à quebra da bolsa de Nova York foram de retração econômica. “O produto interno real apresentou queda de 5,3% entre 1929 e 1931 e produção total contraiu 26% no mesmo período. Já a renda real apresentou declínio de 28% entre 1929 e 1932. O preço do café em 1931 era menor do que a média registrada entre 1925 e 1929 e as relações de troca haviam caído pela metade” (BAER, 2002, p.54).

Decênio	café	algodão	cacau	borracha
1821-1830	18,6%	19,9%	0,4%	0,1%
1861-1870	45,2%	18,3%	0,9%	3,1%
1891-1900	63,8%	2,4%	1,5%	15,8%
1901-1910	51,4%	2,1%	2,8%	27,9%
1921-1930	69,5%	2,4%	3,1%	2,5%

Gráfico 5: Participação percentual no total de exportação brasileira dos principais produtos cíclicos em alguns decênios típicos no período de 1820 – 1930

Fonte: BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1983, p. 27.

Ano	Mil-réis	Índice	Libra-ouro	Índice
1928	204,6	100	5,00	100
1929	191,9	94	4,71	94
1930	119,5	58	2,69	54
1931	131,05	64	1,91	38
1932	152,8	75	2,20	44
1933	132,8	65	1,69	34
1934	149,5	73	1,52	30

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1930-1940, p.1378).

Gráfico 6: Variação do preço do café no período de 1928 – 1934

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1930-1940), p.1378

A tabela acima ilustra de forma clara esta queda nos preços do café, a qual de forma vertiginosa, despencou na proporção de 70% quando comparado ao padrão libra-ouro¹⁷ entre os anos de 1928, quando estava no seu auge, até o ano de 1934 quando o mesmo não mais capitaneava as receitas da economia brasileira.

Cano (2012 p. 142), em sua análise da tabela aponta dois graves problemas que minavam toda e qualquer possibilidade de manutenção da política cafeeira. O primeiro está no fato da desvalorização cambial, que fez com que o preço interno se mantivesse apenas 25% abaixo dos níveis de 1928. Já o segundo e mais grave problema estava no elevado acúmulo de estoque das novas safras diante da crise econômica internacional, que inviabilizariam os antigos esquemas de valorização do café.

Com efeito, as sombrias previsões que se faziam com base na capacidade produtiva cafeeira existente em 1930, se confirmariam mais tarde: das dez safras da década, cinco seriam enormes, gerando grandes excedentes não exportáveis.

Tratando-se de lavoura permanente, era inviável sua destruição parcial. Assim, era preciso mantê-la e colher o café. E mesmo com a destruição de 78 milhões de sacas invendáveis no mercado internacional, os preços desabaram. A profundidade e a permanência da crise internacional cortaram o crédito externo, não havendo, assim, alternativa do que a de utilizar recursos públicos para enfrentar a crise. (CANO 2012 p. 913)

¹⁷ Ao se tornarem a nação hegemônica, os Estados Unidos impõem ao mundo o dólar como moeda internacional e a supremacia do país, também no campo monetário e na condução das finanças mundiais. Em 1944, nos termos dos Acordos de Bretton Woods, o padrão libra-ouro (1870 - 1914) dá lugar ao padrão dólar-ouro.

O fato é que a Grande Depressão gerou grandes prejuízos para a cafeeicultura e, portanto, para toda a vulnerável economia agroexportadora brasileira. Sendo assim, era necessário se acentuar a intervenção do Estado na economia e gerar uma mudança considerável na dinâmica econômica, visto que ficou claramente demonstrado a fragilidade econômica do Brasil, que era um país muito exposto a qualquer alteração internacional. A partir desse momento, começa-se a repensar as diretrizes econômicas que o país deveria seguir.

A partir da revolução de 30, começa a transição, da produção de bens primários para um processo de industrialização e urbanização. Para Moura (2012) o comércio exterior era de importância econômica e política suprema. Ele era vital para garantir uma recuperação substancial da depressão e para assegurar às classes dominantes as melhores condições para sua reprodução. Também era questão crucial para o Estado, já que dependiam do comércio exterior os recursos materiais e políticos para os programas governamentais, bem como a possibilidade de manter a estabilidade interna e de desempenhar um papel significativo nos assuntos internacionais.

Diante deste novo cenário econômico, a industrialização foi ganhando força devido à necessidade de buscar novas rendas tendo em vista a crise nos meios de produção agrários. Segundo Costa (2008 p. 111) a política de substituição das importações¹⁸ não foi apenas uma oportunidade econômica, mas uma forma de fugir da dependência exclusiva da produção de monocultura exportadora.

Costa, em sua obra, mostra o desenlace da redução das importações possibilitou o crescimento industrial nacional:

A balança comercial do Brasil estava desfavorável devido à baixa demanda de exportação e com isso as importações tiveram que ser diminuídas. Essa diminuição não foi tão ruim para o país, pois possibilitou o estímulo de uma série de iniciativas ligadas à produção industrial para substituir os bens importados.” (COSTA, 2008 p.111).

¹⁸ Substituição de importações, em economia, é um processo que leva ao aumento da produção interna de um país e a diminuição das suas importações. No Brasil, após a crise de 1929, a política de substituição de importações foi implementada com o objetivo de desenvolver o setor manufatureiro e resolver os problemas de dependência de capitais externos.

A política de substituição das importações, analisada no âmbito das variáveis econômicas, é muito bem argumentada por Celso Furtado (2005), em sua consagrada obra “Formação Econômica do Brasil”. Para o autor, o governo deixou de recorrer ao crédito externo para financiar a compra dos estoques de café e passou a recorrer à expansão monetária, que elevava os meios de pagamento, mantendo a renda agregada e o nível de atividade no país, gerando demanda por artigos importados. A desvalorização da moeda reduzia e encarecia a importação, fazendo com que a poupança agregada gerada pelo não consumo dos importados proporcionasse a formação de um mercado consumidor para os produtos nacionais.

Segundo Diniz (1978) durante a década de 1930 os empresários industriais propunham uma campanha protecionista que pleiteava, de forma geral, a taxaço de produtos importados que tivessem similares nacionais e liberação da importação de matérias-primas e equipamentos necessários à expansão do parque industrial. Para tal, o governo adotou uma série de medidas favoráveis à estes, não por meio de política tarifária como queriam os industriais, mas por meio de política monetária e, principalmente cambial, além de algumas medidas pontuais como o Decreto nº 19.739 de 7 de março de 1931, que proibia a importação de máquinas e equipamentos para a indústria manufatureira, o que amenizaria os efeitos da crise de superprodução. Como ressalta Fonseca (2003, p.141) em sua obra, este decreto, inicialmente válido por três anos, foi prorrogado por igual período por reivindicação empresarial, vigorando até 1937. Sendo assim, estas medidas juntamente com o controle cambial, reduziram o volume global de importações além de alterarem sua composição, aumentando o ingresso de máquinas e combustíveis em detrimento de bens de consumo, o que de forma indubitável alavancou o processo industrial brasileiro.

O quadro abaixo, que trata da distribuição setorial do PIB brasileiro entre 1910 e 1950, ilustra bem todo o processo de crescimento da indústria nacional em detrimento da agricultura. Durante este período de 40 anos, o setor industrial brasileiro cresceu cerca de 10%, o que são números extremamente relevantes quando analisados em valores absolutos. Em contrapartida, a agricultura sofreu uma queda de 11%, demonstrando todo seu declínio após a crise. O aumento da participação da indústria no PIB é consequência da alteração do centro dinâmico da economia, que passou da agricultura para a indústria, que possibilitou o Brasil a

superar gradativamente a Grande Depressão no início da década de 1930, além de entrar definitivamente no estágio capitalista industrial.

Gráfico 7: Distribuição setorial do PIB brasileiro entre 1910 e 1950

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO PIB BRASILEIRO, 1910-1950 (%)			
Ano	Agricultura	Indústria	Serviços*
1910	35,8	14,0	50,2
1920	32,0	17,1	50,9
1930	30,6	16,5	52,9
1940	25,0	20,8	54,2
1950	24,3	24,1	51,6

* Inclui o governo.

Fonte: VILLELA; SUZIGAN *apud* LEOPOLDI 2007.

Assim, o sistema industrial se tornou a base da política econômica Pós Revolução de 30 e segundo Garcia (2006), para a concretização dos objetivos, foram criados órgãos estatais que desenvolveriam a economia brasileira nesse segmento, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Conselho Técnico de Economia¹⁹ e Finanças, Conselho Federal do Comércio Exterior²⁰, Plano Geral de Viação Nacional, a Comissão de Similares e o Departamento Nacional do Trabalho. Todos estes organismos davam a ideia de um estado forte, que intervia na sua economia, neste momento de crise mundial, abrindo as portas para uma mudança radical da política externa, que será abordada no subcapítulo a seguir.

¹⁹ O Conselho Técnico de Economia é o órgão criado pelo governo brasileiro durante a Era Vargas com o objetivo de estudar e formular pareceres sobre diversos aspectos da política econômico-financeira do país, como tributação, legislação bancária e monetária, incentivos fiscais, aproveitamento de combustíveis e política energética.

²⁰ Conselho Federal de Comércio Exterior | CPDOC. Órgão criado em junho de 1934 com a finalidade de centralizar a política de comércio exterior do país, de forma a racionalizá-la e expandi-la.

3.3- A INFLUÊNCIA DA CRISE NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O colapso na economia trazido pela quebra da bolsa de Nova York, foi um divisor de águas, assim como para economia, para a política externa brasileira, que avançou no intuito de romper com seu passado agrário-exportador e se redirecionar ao encontro do desenvolvimento como um país ainda mais importante para o equilíbrio de poder no mundo.

O período da República Velha, no que tange à Política externa, foi caracterizado pelo alinhamento dos anseios exteriores brasileiros aos interesses dos grandes latifundiários, para a sustentação das oligarquias existentes, através a política dos governadores e a política do café-com-leite, no âmbito interno.

Neste contexto, no período pré-crise de 29, houve inicialmente um alinhamento de interesses com os britânicos, os quais segundo Moura (2012) foram o principal parceiro econômico e financeiro do Brasil a partir de sua independência em 1822. Afirmando sua influência por meio do comércio exterior, empréstimos, investimentos em serviços públicos, empresas de exportação e importação. Campos os quais o capital britânico desempenhara um papel central na economia brasileira.

Contudo, após a primeira guerra mundial, devido às grandes perdas britânicas, tanto físicas quanto econômicas, houve um claro recuo britânico com relação à economia brasileira, embora na década de 1920, Londres ainda fosse importante fonte alternativa de recursos para o Brasil, especialmente para a manutenção da política de valorização do café. Tal recuo britânico deveu-se não apenas à concorrência, mas também à perda da posição de primeira potência do mundo capitalista. Assim sua influência foi gradualmente se redirecionando para os Estados Unidos, que saíram da primeira guerra como uma das principais, senão a maior, potência mundial, se consolidando, nos últimos anos pré-crise, como o principal parceiro comercial do Brasil. Como muito bem ressalta Moura neste trecho de sua obra:

Do ponto de vista político, o governo brasileiro tentou contrabalançar a influência britânica nos seus assuntos exteriores por meio de uma política proposital de aproximação com os Estados Unidos. Esta política, levada a cabo pelo Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores do Brasil nos primeiros anos do século XX, não era de mera adesão às políticas estadunidenses, mas pretendia ajudar o Brasil a reduzir a influência

européia. A participação brasileira na Primeira Guerra Mundial indicou que já nesta época os Estados Unidos desempenhavam um papel importante na definição da política externa brasileira. (MOURA, 2012)

Ao final da década de 20, os Estados Unidos já eram o principal parceiro comercial do Brasil, e segundo Moura (2012) já tinham assumido um papel de liderança no financiamento de outros aspectos da economia cafeeira de exportação. Este alinhamento aos EUA, aderindo à Doutrina Monroe²¹ e ao Corolário Roosevelt²², garantiriam ao Brasil oligárquico bons frutos comerciais ao Brasil.

Em análise realizada por Cervo e Bueno (2002) o intercâmbio comercial entre Brasil com os Estados Unidos foi sempre crescente na época considerada. No processo brasileiro de industrialização, via substituições de importações, os norte-americanos marcaram presença nos investimentos (CERVO e BUENO, 2002, p.203- 204).

Entretanto como visto nos capítulos anteriores, a Crise de 1929 veio desorganizar sobremaneira as relações econômicas e políticas mundial, e como não podia deixar de ser, a política brasileira também foi muito afetada, trazendo a crise das oligarquias desenvolvida pelos eventos ocorridos dentro do país, a insatisfação com o modelo vigente e o rompimento com a política do café-com-leite pelos paulistas resultaram na Revolução de 1930, liderada pelo próximo presidente do Brasil, Getúlio Vargas. Este fato histórico, certamente também instauraria um novo ciclo na política externa brasileira nos anos vindouros da quebra da bolsa.

Segundo Moura (2012) o caos que atingiu as estruturas econômicas, sociais e políticas ocidentais, da crise de 1929 até irromper a Segunda Guerra Mundial, teve efeitos semelhantemente radicais no Brasil, como depressão econômica, revolução política, o crescimento de movimentos sociais organizados em moldes socialistas e fascistas, e competição entre as Grandes Potências para aumentar sua presença no Brasil. Sendo assim, “O Brasil teve que responder ao novo desafio e redefinir todos os aspectos de sua vida, inclusive a política externa.” (MOURA, 2012)

²¹ A **Doutrina Monroe** surgiu nos Estados Unidos, em meados do século XIX, como uma resposta à suposta ameaça das nações europeias de invadir e recolonizar o continente americano. O lema dessa doutrina era “**América para os americanos**” e, nela, os Estados Unidos posicionavam-se como o guardião da integridade territorial do continente.

²² O Corolário Roosevelt foi um postulado de política externa, em adição à Doutrina Monroe, de autoria do presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt. Conjugado com a Política do Grande Porrete, o Corolário foi o marco de um período de controle direto dos EUA sobre os países latino-americanos.

A década de 1930 é considerada um marco na política externa brasileira com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em outubro de 1930, pois após as consequências desastrosas trazidas para o Brasil pela crise de 29, que assolou o mundo, via-se como necessário romper com os paradigmas da Primeira República, através da ideia do nacionalismo. Esta ideia está fortemente baseada na afirmação econômica e política da nação, isto significa superação do atraso econômico e fortalecimento do Estado. A industrialização seria o caminho pelo qual o país atingiria tais objetivos.

Segundo Diniz (1978) o nacionalismo traz também a defesa do princípio da soberania nacional, ou seja, a não intervenção de países estrangeiros em assuntos internos e independência da política externa no sentido de buscar melhores condições de negociações com o exterior. Esta posição não exclui ou visa restringir a participação do capital externo na expansão econômica do país, pelo contrário, este é visto como fator importante no desenvolvimento da indústria nacional.

No âmbito interno, no intuito de se fortalecer para melhor gerir as relações exteriores, o Ministério das Relações Exteriores, realizou uma reforma administrativa visando acompanhar mais de perto as questões econômicas e deixando o Itamaraty mais democrático, fundindo a Secretaria de Estado com os serviços diplomáticos e consulares. Além disso enviou funcionários para Inglaterra e EUA a fim de participarem de cursos de especialização, ainda como medida da reforma do ministério.

Referente às questões regionais, o novo governo pós crise, deu ênfase ao pan-americanismo. Assumindo um papel regional de conciliador dos países que haviam rompido relações diplomáticas, como Peru e Uruguai, Bolívia e Paraguai e Peru e Colômbia.

Além disso confirmando sua boa relação com os países latino-americanos, foi assinado um Tratado de Não Agressão e Conciliação entre Brasil, Argentina, México, Chile, Uruguai e Paraguai em 1933, que desde a Guerra do Paraguai²³ não mantinham relações tão estreitas.

²³ Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870.

Vê-se ainda, a atitude de conciliador dos países que haviam rompido relações diplomáticas, como Peru e Uruguai, Bolívia e Paraguai e Peru e Colômbia. Firmando as boas relações entre os países latino-americanos.

Nesse contexto regional, segundo Garcia (2006), o Brasil foi a peça fundamental na engrenagem, para os Estados Unidos desenvolverem a política de boa vizinhança, que caracterizava o fim do intervencionismo nos países latinos americanos, cooperando nas relações econômica e militar, afastando a presença europeia no continente e concretizando sua liderança na região.

Em análise de Moura (2012), Roosevelt conseguiu se livrar dos elementos obsoletos do intervencionismo, ao passo que mantinha aqueles aspectos considerados vitais para a segurança dos Estados Unidos. Assim os EUA não empregaram a força contra países latino-americanos no forma do “big stick²⁴” ou da “dollar diplomacy²⁵”, mas usou outros instrumentos de pressão política e econômica para atingir seus objetivos.

No que tange às relações exteriores, pós crise de 29, particularmente no início da era Vargas, fora das fronteiras sul-americanas, foram criados e revistos e concluídos vários acordos comerciais, tanto regionais quanto na Europa, África e Nova Zelândia. Contudo o fato, que chama mais atenção em relação à política externa brasileira no período em questão, sem dúvidas, é a relação do Brasil com a Alemanha. Relação esta, que incomodava sobremaneira os norte-americanos, pois diminuía o fluxo de produtos americanos no Brasil, desfavorecendo o livre comércio entre eles.

Segundo Cervo e Bueno, na ótica norte-americana, os EUA perderiam muito se o Brasil ficasse se aproximasse dos alemães, pois estes tinham interesses na posição geográfica brasileira e em seus minerais estratégicos, sendo essa a grande preocupação dos EUA com o Estado Novo. Já para a Alemanha, era interessante um distanciamento entre Brasil e Estados Unidos, pois, de fato, precisava das matérias-primas e do mercado brasileiros (CERVO e BUENO, 2002, p. 250).

²⁴ A ideologia, ou ainda diplomacia ou política do **Big Stick** é o nome com que frequentemente se faz referência à política externa dos Estados Unidos sob a presidência de Theodore Roosevelt (1901-1909). O termo foi inspirado em um provérbio, originário da África Ocidental, que apregoava: “Fale com suavidade, e carregue um grande porrete, assim irás longe”. Do mesmo modo, Roosevelt atuava mantendo um ar amistoso e cordial nas negociações, e ao mesmo tempo deixava evidente a possibilidade de usar a força para sobrepujar seus opositores e conseguir seu intento.

²⁵ Diplomacia do dólar é o termo usado para descrever o esforço dos Estados Unidos para promover os seus objetivos na América Latina e Leste da Ásia através do uso de seu poder econômico, através da garantia de empréstimos feitos a países estrangeiros.

As divergências com relação ao apoio alemão ou estadunidense existiam dentro do próprio governo brasileiro. Segundo Moura (2012) os produtores e exportadores de café e cacau achavam-se vinculados preferencialmente ao mercado americano, embora a Alemanha absorvesse grande volume desses produtos. Já os produtores e exportadores de carne, couros, lã, tabaco e frutas, ligavam-se principalmente à Alemanha. Os industriais, por sua vez, procuravam matérias-primas tanto em um como em outro país. O Exército dava preferência à Alemanha em suas compras, enquanto a Marinha se voltava para a Inglaterra. E os setores financeiros operavam com Estados Unidos e Inglaterra.

Em sua análise, Cervo e Bueno, concluíram que o Brasil utilizou dessa preocupação pelos dois Estados e também por uma divisão interna, para utilizar a “Equidistância Pragmática”.²⁶ Os grandes objetivos de Vargas durante o Estado Novo era a implementação de uma usina siderúrgica e a reorganização das Forças Armadas, visto que almejava um desenvolvimento para o país na indústria de base e necessitava melhorar o armamento militar, pois foi graças ao apoio dos militares que conseguiu instaurar o novo regime. O Brasil usou de duas modalidades de comércio, com a Alemanha adotou o “comércio compensado”²⁷ e com os Estados Unidos aderiu ao livre comércio (CERVO e BUENO, 2002, p. 254).

O resultado desta política externa executada por Vargas durante os anos trinta foi a condição de explorar as melhores oportunidades criadas pela concorrência entre EUA e Alemanha por influência no Brasil. Segundo Moura (2012) a melhor maneira de descrever a política externa do Brasil na década de 1930 é como “uma oscilação entre uma grande potência e a outra em termos comerciais, políticos e militares”. Sendo esta política de equilíbrio pragmático entre a Alemanha e os Estados Unidos garantidora de uma série de benefícios. Todo este contexto é muito bem elucidado por Corsi:

Em um contexto de relativa desarticulação da economia mundial e acirramento dos conflitos Inter imperialistas, a articulação de financiamento externo passava por alinhamentos políticos e ideológicos. Mas as classes dominantes e o governo estavam rachados²⁸, em relação às alianças externas do Brasil. No

²⁶ Cervo e Bueno, 2002, p. 250. Barganha na qual o Brasil tira proveito da disputa existente entre os dois blocos de poder, Estados Unidos e Alemanha.

²⁷ Cervo e Bueno, 2002, p. 254. Sistema em que importações e exportações eram feitas à base de troca de mercadorias, cujos valores eram contabilizados nas “caixas de compensação” de cada país.

²⁸ Exportadores de algodão e do sul do país inclinavam-se por uma aliança com a Alemanha. Os industriais e os comerciantes ligados ao comércio de importações estavam divididos entre Alemanha e EUA. Os exportadores de café inclinavam-se para os EUA, assim como o setor financeiro. As forças armadas também estavam divididas entre Alemanha e EUA.

governo, Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, defendia uma aliança com os EUA, enquanto outros ministros preferiam a Alemanha. Essas divergências paralisavam o governo Vargas. O momento, implicaria uma aproximação com a Alemanha. Optar por essa saída, entretanto, significava implodir a base de sustentação política do regime e deixar o país à mercê de prováveis represálias norte-americanas. As divergências no interior do Estado e das classes dominantes parecem ter limitado o campo de ação de Vargas, levando-o a deixar em aberto as opções relativas às vias de desenvolvimento do país. A política de Vargas encontrava-se em um impasse, o que levava o Estado Novo a oscilar entre os EUA e a Alemanha. (CORSI 2010 p. 190-191)

Pode-se perceber que a política externa de Vargas se difere completamente da adotada anteriormente, priorizando uma autonomia que não existia na República Velha. No alinhamento do barão do Rio Branco, por exemplo, aos Estados Unidos, vemos que ele direciona a política externa para alcançar os interesses nacionais ao perceber a mudança de configuração de poder mundial, passando da Inglaterra aos estadunidenses. Já na política externa de Vargas, é realizado um distanciamento com os Estados Unidos, visto o declínio das relações comerciais com o país no período. E a abertura brasileira a outros parceiros, mostrando sua autonomia.

Carlos Sérgio Sobral Duarte (2010), em sua obra, "Diplomacia Pendular ou hegemonia norte-americana?", analisa muito bem que, para o Brasil, a manutenção de vínculos comerciais com os EUA e com a Alemanha simultaneamente trouxe duas vantagens imediatas e palpáveis. Visto que, em primeiro lugar, levou a um incremento no volume geral de comércio exterior, e conseqüentemente na renda global gerada por esse meio; em segundo lugar, a diversificação do comércio exterior aumentou a autonomia brasileira, "ainda que as relações com ambas as potências devam ser caracterizadas como assimétricas²⁹"

Neste contexto, pode-se dizer que Vargas, durante seu governo, pós crise de 1929, adota políticas liberais no âmbito internacional e políticas sociais no ambiente doméstico. Getúlio não cortou relações econômicas com nenhum estado, ele, ao contrário, fez uma barganha política para saber quem cederia aos seus anseios, pois estava o Brasil num contexto de disputa entre os dois lados da guerra.

²⁹ O conceito de "assimetria" nas relações internacionais remete, obviamente, às teorias da dependência. O que se pretende demonstrar aqui é que, num contexto estrutural de dependência, o país viveu uma conjuntura em que a diversificação de suas relações de intercâmbio com os países chamados centrais permitiu-lhe alguma margem de manobra e ganhos reais.

4- CONCLUSÃO

A crise econômica de 1929, marco de indubitável relevância nos anais da história mundial, veio como uma bomba para abalar as estruturas do funcionamento do sistema capitalista, tanto no âmbito das economias nacionais quanto no da interação financeira e comercial que alimentava a economia internacional, baseada no princípio geral da divisão de trabalho entre países industrializados e não industrializados.

Tal fato veio não só para mudar as relações econômicas, mas também as relações políticas internas e externas de quase todos os países do globo. Embora as respostas dadas à crise pelos estados capitalistas não fossem idênticas, elas tinham certas características em comum, em particular uma intervenção estatal mais decisiva na economia nacional, seja na forma de legislação, controle ou até investimento direto.

No Brasil, este impacto não poderia ser diferente. Sendo assim, o arranjo da política, tanto interna quanto externa, e a economia brasileira sofreram uma grande guinada, evidenciando como a grave crise instaurou profundas mudanças no quadro institucional brasileiro.

No âmbito econômico a cafeicultura e a economia brasileira como um todo agonizaram com grandes prejuízos advindos da Depressão Econômica Mundial, já que praticamente toda a produção era voltada para o mercado externo e não foi possível manter a prática de preços de venda no mesmo nível ofertado antes da crise.

O governo passou a ser um grande consumidor de café para estocar e queimar a mercadoria, objetivando manter a renda e o emprego de milhares de pessoas que trabalhavam no ramo, mantendo a economia aquecida dentro do possível.

O fato é que a Grande Depressão gerou grandes prejuízos para a cafeicultura e, portanto, para toda a vulnerável economia agroexportadora brasileira. Sendo assim, era necessário se acentuar a intervenção do Estado na economia e gerar uma mudança considerável na dinâmica econômica, visto que ficou claramente demonstrado a fragilidade econômica do Brasil, que era um país muito exposto a qualquer alteração internacional. Diante deste novo cenário econômico, a

industrialização foi ganhando força devido à necessidade de buscar novas rendas tendo em vista a crise nos meios de produção agrários.

No plano político interno, a quebra da bolsa de Nova York veio para guinar drasticamente os rumos da política brasileira, devido ao enfraquecimento da oligarquia cafeeira e o crescimento de outros setores políticos, acarretando a Revolução de 1930.

Getúlio Vargas, que ascendeu ao poder no pós crise, redefiniu o eixo dinâmico da economia, findando com a hegemonia política da República Velha através do incentivo à industrialização feita por financiamentos, estimulando que os mercados se voltassem para dentro, inicialmente para a indústria de bens de consumo não duráveis chegando posteriormente aos bens de capital e insumos. O governo recém instaurado identificava-se com os ideais de renovação da política e da economia brasileira, por tanto, enfrentou desde cedo a oposição feroz da aristocracia das classes médias mais tradicionais. Estes conflitos quanto a questões econômicas estavam claramente presentes no processo de tomada de decisões da política externa, já que as diferentes concepções de política econômica tendiam a corresponder com alinhamentos preferenciais nos negócios internacionais.

Em relação à política externa, a quebra da bolsa de Nova York, também foi um divisor de águas, assim como na economia, obrigando o Brasil a se desenvolver no âmbito das relações exteriores, no intuito de romper com seu passado agrário-exportador e se redirecionar ao encontro do desenvolvimento como um país ainda mais importante para o equilíbrio de poder no mundo. Para tal desenvolveu sobremaneira sua boa relação com os países latino-americanos sendo a peça fundamental na engrenagem, para os Estados Unidos desenvolverem a política de boa vizinhança, que caracterizava o fim do intervencionismo nos países latinos americanos, cooperando nas relações econômica e militar, afastando a presença europeia no continente e concretizando sua liderança na região.

Outro fato interessante, foi a mudança da dinâmica das relações com os EUA e sua aproximação com a Alemanha, na conhecida como “Política pendular” que durante os anos trinta deu ao governo Vargas a condição de explorar as melhores oportunidades criadas pela concorrência entre EUA e Alemanha por influência no Brasil.

Vargas, durante seu governo, pós crise de 1929, adota portanto políticas liberais no âmbito internacional. Para tal, não cortou relações econômicas com

nenhum estado, ele, ao contrário, fez uma barganha política para saber quem cederia aos seus anseios, pois estava o Brasil num contexto de disputa entre os dois lados da guerra.

Pode-se perceber que a política externa de Vargas, pós crise, se difere completamente da adotada anteriormente, priorizando uma autonomia que não existia na República Velha, realizado um distanciamento com os Estados Unidos, visto o declínio das relações comerciais com o país no período. E a abertura brasileira a outros parceiros, mostrando sua autonomia.

Por fim, conclui-se como a crise de 1929 alterou o rumo da história do Brasil, mudando o centro dinâmico da nossa economia, nossos rumos políticos e nossas relações exteriores, fatores que possibilitaram ao Brasil superar gradativamente a Grande Depressão no início da década de 1930, além propiciar sua entrada definitiva no cenário industrial mundial, ao passo que guinou o rumo da política externa brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAER, W. **A economia brasileira**. Editora Nobel, São Paulo, 2002
2. BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise o Brasil: História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. Editora 34 Ltda, 5 ed. São Paulo, 2003.
3. BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 3. ed. Vozes, Petrópolis, 1983.
4. CANO, W. **Crise de 29, soberania na política econômica e industrialização**. Aera Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade, UNESP, São Paulo, 2012.
5. CANO, W. **Da década de 1920 à 1930: Transição rumo a crise e a industrialização no Brasil**. Ed. Economia, v.13, Brasília, 2012.
6. CERVO, A. L.; BEUNO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª edição, Editora Universidade de Brasília, Brasília. 2002.
7. CHOMA, J. **A crise de 1929 e a Grande Depressão**. PSTU, 2008. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/a-crise-de-1929-e-a-grande-depressao/>> Acesso em: 05 de Dezembro 2019.
8. CORSI, L. F. **Processo político e relações internacionais no cone sul**, Editora UNESP, São Paulo, 2010.
9. COSTA, F. L. **Brasil 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública, 200 anos de reformas**. Revista de Administração Pública, Edição RAP 5, São Paulo, 2008.
10. DINIZ, E. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
11. DINIZ, E. **A progressiva subordinação das oligarquias regionais ao governo central**. In: SZMRECSÁNYI, T; GRANZIERA, R.G. (organizadores). **Getúlio Vargas e a economia contemporânea**. 2ª ed. revista e ampliada. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo, 2004.
12. DUARTE, S. S. D. **A política externa brasileira de 1934 a 1942: “Diplomacia pendular” ou hegemonia norte americana**. Ensaio de História Diplomática do Brasil, Cadernos do IPRI, nº2, Brasília, 1989.

13. FAUSTO, B. **A Revolução de 1930**: historiografia e história, Brasiliense, São Paulo, 1972.
14. FERNANDES, A. A. **Crise de 1929 e a Revolução de 1930**. Historianet, 2006. Disponível em: <<https://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=872>>. Acesso em: 05 de Dezembro 2019.
15. FERREIRA, F. R. A., et.al. **Crise de 1929: a recessão econômica no capitalismo mundial**. III Seminário Ensino, Pesquisa & Cidadania Em Convergência. Administração, Direito e Economia. Vol. 06, p. 14-19. Bom Jesus do Itapoana, (RJ), 2019.
16. FONSECA, P. C. D. **Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930**. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 1(89), janeiro-março/2003.
17. FRANCO, G. H. B e LAGO, L. A. C. **O processo econômico: a economia da Primeira República, 1889-1930**. In.: SCHWARCZ, Lilian Mortiz. História do Brasil Nação: 1808-2010: A abertura para o mundo: 1889-1930. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2012
18. FRIEDEN, J. A. **Capitalismo Global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
19. FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2005.
20. GARCIA, E. V. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
21. GAZIER, B. **A crise de 29**. Tradução de Julia da Rosa Guimarães. Coleção L&PM v.761, Porto Alegre, 2013.
22. LEOPOLDI, M. A. P. **A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência**. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N .O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. O Brasil Republicano, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.
23. MARQUES DE SAS, D. A. **A questão da evolução da cidadania política no Brasil**. Scielo. São Paulo, vol.15, n.42. May/Aug. 2001.

24. MOURA, G. **Relações Exteriores Do Brasil 1939-1950**: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília, 2012.
25. PARKER, S. **O Crash de 1929**: As lições que ficaram da grande depressão. São Paulo: Globo, 2009.
26. PAZZINATO; A. L.; SENISE; M. H. V.. **História Moderna e Contemporânea**, Editora Ática, São Paulo, SP, 1997.
27. REZENDE, C. B. F. **História econômica geral**. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2008.
28. SCIRICA, E. **Expansión, crisis y recomposición**. Estados Unidos, de los “años locos” al estalido de la crises y el New Deal. In.: MARCAIDA, Elena V (Comp.). Historia económica mundial contemporânea: de la Revolución Industrial a la globalización neoliberal. Vicente López: Dialektik Editora, 2009.
29. VILLELA, A.V.; SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)**. Brasília: IPEA, 2001, 3ª ed